

# A impressão dos jornais recifenses no estopim do Movimento Tenentista: uma análise das repercussões jornalísticas sobre o dia 05 de julho de 1922

Luiz Carlos dos P. Serpa ALFINO<sup>1</sup>

**Resumo:** Os anos de 1920 representam o período mais conturbado da Primeira República (1889-1930), com graves problemas de ordem política e social. Um cenário em que o descontentamento militar já era resquício da sucessão de Floriano Peixoto por representantes dos grandes estados produtores (SP e MG), afastando da vida política nacional a cúpula do Exército. Estudar as repercussões das notícias relacionadas ao Estopim do Movimento Tenentista na imprensa recifense é o objetivo deste artigo. A pesquisa foi realizada na Fundação Joaquim Nabuco, com os principais jornais em circulação do período de janeiro a julho de 1922. A hipótese inicial que se apresenta é que a inexistência de uma imprensa oficial estatal possibilitou o uso da imprensa privada, utilizando-se do trabalho dos intelectuais para a construção de consensos e uma formação ideológica na sociedade.

**Palavras-chave:** Jornais recifenses; Movimento tenentista; Intelectuais.

**La impresión de periódicos de Recife en la explosión del movimiento tenentista: una análisis las repercusiones de las noticias sobre el día 05 de julio 1922.**

1 Historiador e Pós-graduado em História pela UFPE e mestrando em Comunicação pela UFPE.

**Resumen:** La década de 1920 fue el período más turbulento de la Primera República (1889-1930), con graves problemas en el orden social y político. Un contexto en el cual los militares ya estaban inconformes con la sucesión de Floriano Peixoto por los representantes de los estados más productivos (SP, MG), fortaleciendo así la separación entre la vida política nacional y la cúpula del Ejército. Estudiar los efectos de las noticias relacionadas con la explosión del movimiento tenentista en la prensa de Recife es el propósito de este artículo. La investigación se realizó en la Fundación Joaquim Nabuco, con los principales periódicos de circulación durante el período de enero a julio de 1922. La hipótesis inicial que se presenta es que la ausencia de unos medios de comunicación oficiales del Estado permitió el uso de la prensa privada, utilizando el trabajo de los intelectuales para construir un consenso y una formación ideológica en la sociedad.

**Palabras-clave:** Prensa recifenses; Movimiento tenentista; Intelectuales.

## Introdução

A década de 1920 no Brasil foi um período conturbado politicamente com a sociedade vivendo o agravamento de problemas sociais, não foram raros os protestos que emergiram contra o *status quo* vigente.

O descontentamento militar já era resquício de épocas anteriores, a exemplo do que ocorreu por ocasião da sucessão de Floriano Peixoto por um candidato representante dos grandes estados produtores (SP e MG), o que concorreu para afastar da vida política nacional a cúpula do Exército.

Esse cenário apresenta uma crescente insatisfação da população urbana associada à classe média, tornando-se termômetro/indicador de um panorama de crises e repercussões em um período de crescimento urbano e industrial da sociedade brasileira, sob o marco de um liberalismo tardio e um capitalismo dependente do mercado externo para a sua ampliação e desenvolvimento.

Segundo Fernandes (2005), essa sociedade nascida com as transformações ocorridas no transcurso do século XIX para o século XX representa apenas os primórdios do poder e da dominação burguesa no Brasil. Portanto, será a partir de meados do referido século XIX, conjuntamente ao desenvolvimento urbano-industrial que se terá o surgimento da imprensa capitalista brasileira.

Com o advento da imigração européia, as relações mercantis de trabalho, a produção para o mercado interno e o desenvolvimento urbano industrial fazem surgir novos “grupos sociais: os industriais, o proletário urbano e novas camadas médias urbanas, no bojo de uma sociedade ainda essencialmente agrário-exportadora” (FORJAZ, 1977, p. 21).

A maioria desses grupos era assalariada vinda do meio rural e com grandes anseios, que migraram para as cidades em busca de ascensão social, geralmente europeus e seus dependentes passam a integrar o setor industrial em expansão ou as funções mais simples do setor de serviços – terciário urbano. Suas origens étnicas sociais e os baixos níveis de rendimentos contribuíram para um posicionamento mais reivindicativo e com mais autonomia política.

É no bojo desses acontecimentos que se tem como objetivo analisar, de forma panorâmica, as repercussões sobre o levante tenentista nos principais jornais do Recife, em julho de 1922. Nesse sentido, os problemas centrais desta pesquisa vinculam-se às seguintes questões:

Como os jornais recifenses veicularam as notícias sobre o estopim do movimento tenentista?

Qual a importância dos intelectuais no processo de formação ideológica da sociedade recifense?

Segundo Caparelli, (1986, p.43), “[...] a imprensa capitalista nada mais é que a expressão das transformações ocorridas na estrutura da sociedade e os meios de difusão dela decorrentes agem apenas no sentido de seu esforço e expansão”.

Com fundamento nessa análise feita por Caparelli e sob o olhar gramsciano, o qual vincula a imprensa ao seio da estrutura ideológica como instrumento de formação hegemônica; e ao compreender a existência de vínculos dos jornais recifenses com a estrutura do poder político local, regional e nacional e com o poder econômico local e regional, é possível se pensar que a imprensa escrita do Recife possuía uma estrutura conservadora, podendo ser usada como aparelho privado de hegemonia, e ainda, ter a intelectualidade atuando através dos jornais, como intermediários entre a sociedade política, representada pelo Estado, e a sociedade civil, contribuindo para a formação ideológica da época.

Assim, o tema proposto será tratado sob o prisma histórico e sociológico trabalhado por Gramsci no que concerne à análise sobre a sociedade civil; por desenvolver o conceito de bloco histórico como ponto de partida

para o estudo das relações entre a estrutura e a superestrutura; por possibilitar analisar a imprensa como aparelho privado de hegemonia e por entender a importância dos intelectuais no processo de formação ideológica, atuando como “comissários” do grupo dominante.

Com vistas a realizar uma análise empírica dos editoriais e noticiários, utilizou-se como procedimento metodológico de investigação a pesquisa qualitativa com ênfase na narrativa do processo histórico, pesquisa bibliográfica e análise documental realizada na Fundação Joaquim Nabuco, por meio dos jornais: Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, A Província e o Jornal Pequeno, no período de janeiro a julho de 1922, por serem os principais periódicos em circulação.

### O cenário econômico e as origens do tenentismo

Na passagem do Século XIX para o Século XX, há no cenário mundial uma série de transformações ao nível econômico que irão configurar um novo formato na economia internacional. A Inglaterra como “oficina do mundo” é superada pela produção dos Estados Unidos e pela Alemanha; o setor têxtil, mola propulsora da produção industrial do Século XVIII, é ultrapassado pela indústria química, elétrica e de máquinas (FRAGOSO, 1990).

A concentração das riquezas pela produção capitalista possibilita a fusão do capital bancário com o industrial, originando o capital financeiro como um novo instrumento de dominação do capitalismo internacional, que “ao lado da tradicional exportação de manufaturados pelas economias industriais, cresce o número de investimentos (em ferrovias, serviços públicos, empresas produtivas ou na forma de empréstimos) nas colônias, possessões e países denominados ‘periféricos’” (FRAGOSO, 1990, p. 185).

Nessa mesma época, no Brasil, coexiste uma estrutura agrário-exportadora hegemônica que em 1920, segundo Fragoso (1990), ainda detinha 66,7% da população economicamente ativa, e um incipiente processo de crescimento urbano-industrial paralelo à ampliação das estradas de ferro ligadas aos grandes centros econômicos.

Esses grupos agrários sob a hegemonia dos cafeicultores paulistas, críticos à centralização monárquica, contribuíram para a implantação de um Estado republicano, que através do coronelismo possibilitou a ampliação do poder das oligarquias estaduais. Dessa forma,



a estrutura política apresentou uma ‘modernização sem mudança’, ou seja, uma modernização dos meios produtivos sem alterações nas estruturas de poder, mas com real exclusão dos setores subalternos na vida política do país, cujo interesse de incorporá-los à cidadania inexistia. Assim, “a implantação da ficção liberal do sufrágio universal – desde que a todos os alfabetizados em uma população esmagadoramente rural e analfabeta” (MENDONÇA, 1990, p. 252), resume o interesse da manutenção e da consolidação do poder oligárquico nos marcos da Primeira República.

A economia cafeeira desde meados do Século XIX foi o setor hegemônico da exportação, embora dependente do mercado externo, proporcionava de forma incipiente o desenvolvimento de um núcleo urbano-industrial que favorecerá a um crescimento do mercado interno. Era beneficiada pela política brasileira através de mecanismos de desvalorização cambial, defendendo-se das oscilações do mercado internacional, garantindo uma valorização comercial do café.

As constantes desvalorizações cambiais como medidas defensivas da economia cafeeira possibilitaram o encarecimento dos produtos importados, dificultando o seu consumo pelos setores médios urbanos, gerando inúmeras insatisfações com a política econômica das oligarquias hegemônicas.

Embora o quadro de insatisfação apontasse com propriedade para os setores médios da população, de onde o Exército fazia seu recrutamento, sendo possível entender que havia um inconformismo antioligárquico, e que se aspirava a uma maior participação da classe média nos assuntos políticos do país, além de uma “provável” identificação ideológica com o movimento tenentista, não caracteriza, contudo, que a representatividade da classe média tivesse se efetivado com os tenentes.

Segundo Fausto (*apud* FORJAZ, 1977), a pequena vinculação dos tenentes com os civis não configurou laços organizatórios entre eles e as camadas médias urbanas, embora existisse uma simpatia popular e um possível apoio difuso, derivado de uma “aparente” identificação com as dissidências civis. Contudo, essas características não foram suficientes para implicar na existência de uma estreita vinculação entre os tenentes e as classes médias urbanas.

Não havia, portanto, uma identidade “ideológica” entre o tenentismo e as classes médias urbanas. Estas eram de tendência liberal-democrática, viam na industria-

lização a possibilidade do crescimento do setor terciário, assim como novas modalidades de trabalho; enquanto os tenentes tinham embrionariamente uma ideologia centralizadora e não à determinação de classe; sua atuação política vinculava-se ao aparelho de Estado através das Forças Armadas, com relativa autonomia em relação à sociedade civil.

As camadas médias urbanas, devido à dependência estrutural das oligarquias, tornam-se incapazes de organizar um partido político que expressasse seus interesses e contestasse o poder da dominação oligárquica.

As Forças Armadas, representadas pelos tenentes, passam a preencher essa lacuna, sendo vistas para alguns setores militares como a guardiã das instituições e da segurança da nação, assumindo o papel de porta-voz das aspirações das camadas médias urbanas.

Essa concepção “protetora” da nação vista por setores militares, talvez esteja em parte relacionada à atuação do Exército no processo da Proclamação da República, considerando-se responsáveis pela “mudança” da forma de governo no Brasil, e, até, pela “implantação” de um regime democrático.

Assim, as raízes do tenentismo estão relacionadas a vários acontecimentos que anteciparam ao levante de 05 de julho de 1922, cujo estopim foi a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o fechamento<sup>2</sup> do Clube Militar pelo Decreto nº 15.543 de 1º de julho de 1922.

O movimento tenentista era portador do ideário elitista, voltado para a purificação das Forças Armadas e da sociedade como um todo. Seu programa continha traços autoritários e um vago nacionalismo, que defendia a centralização do Estado, e incorporava “o uso da violência enquanto instrumento político, aliando-se ao exercício do papel arbitral e ‘purificador’ do Exército na defesa e manutenção dos regimes” (MENDONÇA, 1990, p. 259).

Embora existisse uma “possível” tentativa de legitimar o apoio da sociedade civil por um fragmento da sociedade política representada pelos tenentes enquanto membros do aparelho do Estado, torna-se necessário esclarecer que o movimento tenentista possuía em sua estrutura um vago nacionalismo e um reformismo social

2 Embora na época fosse usual o termo “fechamento” para designar o episódio, trata-se, na verdade, de uma suspensão do funcionamento do Club Militar, outorgada por decreto, pelo período de seis meses.

ingênuo, ao buscar apoio popular e sendo incapaz de organizá-lo, inclusive de organizar um partido político; ao pretender ampliar a representatividade do Estado na sociedade mantendo-se numa perspectiva elitista e autoritária, e mesmo buscando representar os interesses imediatos dos setores médios urbanos, posiciona-se como representante dos interesses de toda a nacionalidade brasileira (FORJAZ, 1977).

As rebeliões tenentistas apontam a inflação e o desequilíbrio orçamentário como os grandes males, assim como a fraude e as desigualdades regionais. O tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira, tornando-se para as “camadas intermediárias e populares da sociedade o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente” (FAUSTO, 1977, p. 409).

### **A imprensa em Pernambuco e a sociedade civil: o papel dos intelectuais e a dimensão do levante tenentista nos jornais recifenses.**

A imprensa escrita em Pernambuco no transcurso do século XIX para o século XX era uma empresa capitalista com influências na formação de uma “consciência regional”, com abrangência em vários estados da região nordestina, desde o Alagoas até o Ceará (LEVINE, 1980).

Pernambuco era o segundo estado em circulação de jornais do Norte e Nordeste (depois da Bahia) e o sexto no país. A imprensa escrita, “era a marca registrada da cultura regional urbana em Pernambuco – o orgulho da elite e uma parte essencial do sistema político” (LEVINE, 1980, p. 104).

Essa construção da realidade é vista por Bourdieu através do poder simbólico, como um poder invisível que tem nos símbolos instrumentos de “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2010, p. 10).

Nesse sentido é admissível entender a possibilidade de existência de uma ideologia dominante num partilhamento de valores e crenças que, por já se encontrarem na sociedade, possibilita uma adesão à ordem social. É nessa perspectiva que Thompson (2009) vê a ideologia dominante como “um sistema simbólico que, ao incorporar as pessoas de todos os extratos à ordem social, ajuda a reproduzir a ordem social que serve aos interesses dos grupos dominantes” (THOMPSON, 2009, p. 122).

A dimensão do poder de promoção da imprensa pode ser exemplificada pelo fato de que, para terem reconhecimento, os intelectuais precisavam estar ligados a ela de alguma forma. Era comum nessa época médicos e outros técnicos terem as portas da academia abertas ao seu trabalho através da sua atuação em jornais.

Os meios editoriais, sobretudo as revistas especializadas, não se mantinham facilmente, ao contrário, enfrentavam dificuldades constantes. Isso vinha a reforçar o papel central desempenhado pelos jornais, que, nessa época, detinham um caráter literário acentuado.

Além disso, a profissão de jornalista ainda não existia, não havendo uma regulamentação da profissão. Os jornalistas eram formados por escritores, bacharéis, professores de direito, sociólogos e pessoas ligadas às letras em geral, ou seja, a uma intelectualidade com raízes nas estruturas de poder.

Particularmente nas primeiras décadas do século XX, marcadas por grande agitação política, a imprensa pernambucana teve um notável predomínio de cunho político:

[...] debatendo teses partidárias, travando polêmicas, que às vezes extravasavam para o insulto, enfática e sugestiva, abrindo espaço mais amplo ao noticiário de fora de portas, dando cobertura às agitações de caráter revolucionário, aos movimentos sindicais e à luta contra o banditismo que infestava o sertão (BARROS, 1985, p. 182).

Ao analisar as instituições participantes na sociedade civil, sob o prisma histórico e sociológico trabalhado por Gramsci, percebe-se como a imprensa sofre a influência das ideias da classe hegemônica economicamente alicerçada nas superestruturas ideológicas que compõem o bloco histórico, tendo na sociedade civil como o conjunto de organismos ditos “privados”.

Para Gramsci, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção é mediatizada em diversos graus do contexto social. Assim, os intelectuais são elementos organizadores de uma sociedade, quer seja urbana ou rural, ligados às forças produtivas e vistos como os “comissários” do grupo dominante:

[...] para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da



população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato da coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1995, p. 11).

Segundo Gramsci (1995), os intelectuais urbanos crescem com a indústria e são ligados às suas vicissitudes, sem iniciativa autônoma, articulando a massa instrumental com os empresários; e os intelectuais rurais, com maioria "tradicional", ligados ao campesinato e a pequena burguesia dos centros urbanos menores, ainda não moldados pelo sistema capitalista, os quais surgem construindo uma mediação entre a massa camponesa e a administração estatal e local.

Para Gramsci, o papel dos intelectuais permeia tanto a sociedade civil, quanto à sociedade política (ou seja, o Estado ampliado), em um processo de formação ideológico-hegemônico que passa a ser construído a partir da identificação de um contexto sócio-histórico e cultural.

Por essa razão, o contexto rural tem sua intelectualidade atrelada ao campesinato e a pequena burguesia em crescimento; enquanto o contexto urbano encontra-se com uma intelectualidade vinculada ao desenvolvimento do processo capitalista-industrial, de onde passa a existir a imprensa no Brasil; que em Pernambuco, na ausência de uma imprensa oficial legalmente constituída até os anos de 1924, teve no setor privado por meio de seus intelectuais, um papel importante como organizador do Estado, contribuindo para a formação de um poder com características "hegemônicas" para a construção de consensos no seio da sociedade civil recifense.

No período em que ocorreu o levante tenentista em 05 de julho de 1922, cujo levante fora motivado pelo fechamento do Club Militar e pela prisão do Marechal Hermes da Fonseca, com o ápice na marcha dos 18 do Forte de Copacabana em 6 de julho seguinte, havia no Recife quatro grandes jornais em circulação diária: O Diário de Pernambuco, O Jornal do Commercio, A Província e o Jornal Pequeno, todos de origem laica, organismos "privados", com a divulgação de notícias de interesse lo-

cal, regional, nacional e em número reduzido de notícias do cenário internacional.

Era comum a concorrência entre os principais jornais da época para obter um contrato de prestação de serviços junto a órgãos estatais, pois tais empresas não se mantinham facilmente, principalmente, quando havia a possibilidade de projeção a outros segmentos de poder da sociedade.

Nessa época, o Jornal do Commercio estava ligado a interesses conservadores. Era quem divulgava os atos oficiais do governo local – a Imprensa Oficial – mediante contrato firmado entre o Estado de Pernambuco e o referido jornal. Contudo sua circulação antecede a esse período, estreando "no dia 3 de abril de 1919, fazendo, inicialmente, a propaganda da candidatura Epiácio Pessoa à Presidência da República" (NASCIMENTO, 1967, vol. 3, p. 148).

Contudo, é importante ressaltar que o processo de legalização de um Jornal Oficial no Estado de Pernambuco só iniciará quatro anos mais tarde com a criação do Diário do Estado, pela Lei nº 1626 de 29 de março de 1924 e pela regulamentação da Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, criada pela Lei nº 1832 de 22 de dezembro de 1926, como um departamento subordinado à Secretaria do Interior e Justiça (OLIVEIRA, 1986), permitindo, até então que a imprensa privada divulgassem os feitos oficiais.

Portanto, será nesse contexto que as notícias revolucionárias sobre o Levante do Forte de Copacabana ganham dimensões nacionais com repercussões regionais e locais. No Recife, os principais jornais divulgavam diariamente as repercussões dessas notícias, trazendo em seus editoriais informações oficiais e de articulação política sobre o referido episódio. Alguns deles possuíam a fala do próprio Estado em suas manchetes, enfatizando a manutenção da ordem e da legalidade, enaltecendo um Estado de Direito com ações convergentes para o progresso da nação, e que condenava e criminalizava as contestações ao poder constituído, vistas, nesse âmbito, como subversivas à ordem legal.

## Apresentação dos resultados

Discutir a atuação da imprensa escrita nos anos 1920 é, sobretudo, ampliar o entendimento da participação de seus intelectuais na sociedade através das atividades jornalísticas, canal de propagação de ideias e concepções para a produção de sentidos sobre o que era noticiado, e

dessa forma possibilitar compreender a existência de uma interação entre o discurso do Estado e a sociedade civil.

A abrangência de análise do campo comunicacional permite utilizar técnicas peculiares de outras áreas do conhecimento, legitimando-o para a construção de um trabalho interdisciplinar. Assim, a análise da narrativa histórica permite compreender a partir do entendimento apresentado por Certeau (2010), que a escrita da história:

[...] tem uma função *simbolizadora*; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado, é dar lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, consequentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos (CERTEAU, 2010, p. 107)

Contudo, o uso da Análise Documental como técnica de pesquisa nos estudos comunicacionais “[...] costuma ser utilizado no resgate da história de meios de comunicação, personagens ou período. As fontes mais comuns são os acervos de impressos (jornais, revistas, catálogos, almanaques) (MOREIRA, 2011, p. 270)”.

Assim, na análise das notícias veiculadas nos jornais do período pesquisado, foram selecionados documentos específicos que tivessem relevância ou identificação com os acontecimentos desencadeados pelo levante tenentista em julho de 1922. Dessa forma, a recorrência das notícias concernentes às Forças Armadas e em particular, sobre os tenentes, tornou-se o núcleo da fonte desta pesquisa, por ser um tema que se encontrava no centro dos debates da sociedade civil.

Entre os jornais apresentados, o Jornal do Comércio<sup>3</sup> é o que apresenta o maior número de manchetes e notícias de teor contundente sobre o citado episódio, focalizando a repercussão ao nível federal (Rio de Janeiro), sob a óptica do governo federal e com algumas ligações às repercussões regional e local (NE e Pernambuco); levanta indícios sobre o envolvimento do Marechal Hermes, acusando-o de chefe da revolução (O GOVERNO..., 1922); coloca o Estado Federal numa posição de controle sobre os acontecimentos, numa estratégia de persuadir a opinião pública diante da efervescência dos eventos (A REVOLUÇÃO..., 1922a), e atribui ao movimento te-

nentista um caráter anárquico, sedicioso, rebelde e revolucionário.

Contudo, o foco desse jornal é referendar o discurso do Estado na criminalização do Marechal Hermes como um dos mentores, senão o principal, dos acontecimentos revolucionários de julho de 1922. Essas informações encontram-se envolvidas/registradas em muitas manchetes e notícias do jornal, publicadas durante o período de análise desta pesquisa, e em particular, em sua coluna: ULTIMA HORA – A Revolução no Rio, que a exemplo do texto abaixo, faz duras críticas ao Marechal Hermes, ao afirmar que:

[...] a opinião publica continua censurando aerea-mente a atitude do Marechal Hermes, primeiro recusando censura ao governo, segundo entregando-se mansamente á prisão para illudir o governo e terceiro, sublevando a Escola Militar, illudindo a boa fé da mocidade inexperiente, fugindo finalmente da responsabilidade de seu acto, occultando-se em lugar desconhecido, acompanhando assim a attitude dos proceres paisanos da sua nefanda política (A REVOLUÇÃO..., 1922b, p. 6).

O Diário de Pernambuco<sup>4</sup>, o mais antigo jornal em circulação da América Latina, apresenta-se no contexto das repercussões de julho de 1922, sem um aparente posicionamento político-partidário. Não obstante isso, o DP estava atento às oscilações dos acontecimentos políticos locais (Pernambuco), que envolviam a disputa na sucessão governamental entre Eduardo de Lima Castro e o industrial José Henrique Carneiro da Cunha. Este, após as eleições, não chegou a assumir o mandato devido à crise intervencionista federal, sendo substituído pelo juiz federal Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, que governou Pernambuco no período de outubro/1922 a outubro/1926.

O Diário também divulgava assuntos ligados ao governo federal, principalmente, ao se referir ao deslocamento de tropas federais para a capital pernambucana, que segundo Nascimento (1962), foi apontado por este jornal, como um erro do Presidente Epitácio Pessoa, ao autorizar a intervenção de forças federais na luta contra facções políticas.

3 Propriedade do Sr. João Pessoa de Queiroz, ligado por parentesco ao Presidente da República Epitácio Pessoa.

4 Em 1913, o DP passa para o comando do coronel Carlos Benigno Pereira de Lira. Em 1931, este vendeu o jornal à cadeia dos Diários e Emissoras Associados, fundada por Assis Chateaubriand.

O Diário ainda reproduzia as publicações sobre os acontecimentos que envolviam os setores militares, a sociedade civil e os governos federal e estadual, sem um posicionamento parcial aparente, como na manchete: “O Club Militar e a situação política de Pernambuco” (FONSECA, Hermes, 1922), reproduzida em vários jornais locais, onde o Marechal Hermes critica a intervenção pelas forças federais, quando da sucessão da presidência do Estado de Pernambuco, dando ênfase à função do Exército ao citar artigos da Constituição.

Identifica-se o Diário de Pernambuco dentro da lógica de uma cultura mais “urbana/modernizante”, com uma perspectiva ideológico-capitalista mais global e uma abrangência maior aos assuntos de dimensão internacional em relação aos outros jornais citados.

Dessa maneira, em termos de análise dos acontecimentos de cunho político, o Diário de Pernambuco apresentava uma postura menos arbitrária e menos conservadora que o Jornal do Commercio, menos partidário e menos polêmico que os Jornais do Commercio e A Província e, ainda, mais ideológico que o Jornal Pequeno, por buscar transmitir em seus editoriais e noticiários uma ideologia liberal-burguesa menos expressiva ao contexto político e mais voltado para o mercado, com referenciais na imprensa capitalista norte americana.

Nos jornais A Província e Jornal Pequeno, percebeu-se na filtragem das notícias veiculadas no primeiro semestre do ano em curso, identificar posicionamentos de setores ligados à sociedade civil, em relação aos acontecimentos de julho de 1922, o que em outros jornais não foram apresentados, provavelmente, por uma tendência “hegemônica”, que buscava referendar as ações do poder constituído e a criminalização dos envolvidos nas referidas manifestações, sem um espaço para as contestações de ideias.

No Jornal A Província<sup>5</sup>, foi encontrada nas notícias veiculadas uma ênfase no acompanhamento das informações que envolviam os setores militares no cenário federal, que desde as “Cartas Falsas” atribuídas a Arthur Bernardes, irrompe o silêncio do mal-estar na sociedade brasileira, agregado às especulações de um projeto de revolução.

É notório ainda nesse periódico encontrar um posicionamento do Estado, através do Ministro da Guerra, ao recomendar aos oficiais do Exército o afastamento de quaisquer agrupamentos formados na rua com intui-

<sup>5</sup> Era diretor do jornal o Dr. Diniz Perylo.

tos evidentes de perturbação da ordem pública (UM AVISO..., 1922).

Por outro lado, temos na coluna de Gonçalves Maia<sup>6</sup>, em um primeiro momento, um espaço de contestação às ações do Estado, ao atribuir ao citado Ministro, o título de ‘Ministro boateiro’, paisano, que espalha boatos contra os militares. Também em sua coluna frisava-se que o Exército não se interessava por política (MAIA, 1922b); e ainda dava publicidade à condenação moral do presidente da República Arthur Bernardes, pelo Conselho de Guerra, pelo crime de ultrajes às forças armadas (MAIA, 1922a).

A Província chegou a divulgar o posicionamento do Partido Comunista Brasileiro, através do Centro Comunista do Recife, ao publicar a seguinte nota:

Remmetem-nos:

Centro Comunista do Recife. – (Partido Comunista Brasileiro). – O P. C. B., como partido de classe, vem declarar terminantemente, em face da confusão reinante no seio do proletariado, a impossibilidade de sua participação no actual movimento de competição político-burguesa. Alias, o Partido não soffrerá solução de continuidade em seu trabalho de propaganda socialista. – O comitê executivo (O COMITÊ..., 1922, p. 1).

A Província também publicou uma nota de manifestação do Comitê de Artistas e Operários de Pernambuco, na qual dizia que o povo era as maiores vítimas dos atentados policiais e que tinha no Exército a esperança para garantir direitos oprimidos diante da anarquia reinante do governo estadual (SANT’ANNA, 1922).

A Província era um jornal de cunho político declarado, acompanhando passo a passo as oscilações da sucessão governamental, principalmente ao nível local (Pernambuco), muitas vezes, debatendo teses em discussões polêmicas.

Combatia veementemente a política de Manoel Borba, chegando a fazer uma ligação do Niilismo com o Borbismo. Acusava-o de aumentar a violência, de trazer cangaceiros de Garanhuns e de utilizar a polícia à paisana para cometer atos de violência e, ainda, alegava que o Jornal do Recife era o seu órgão oficial (PROJECTOS..., 1922).

<sup>6</sup> José Gonçalves Maia, deputado federal, jornalista e redator do jornal A Província.



Entre os jornais apresentados o *Jornal Pequeno*<sup>7</sup> é o mais diplomático na divulgação das informações, sem lhe tirar o mérito das publicações sobre as questões revolucionárias do período; sem deixar de evidenciar a ideologia a que se encontrava atrelada. Nele encontram-se manchetes de caráter social que pontuam elementos da crise político-militar que eclodiu no ano de 1922.

Uma das manchetes em destaque fala sobre: “Os vencimentos militares na República Argentina e no Brasil”, que no discurso do senador Benjamim Barroso no parlamento brasileiro, apresenta a discrepância existente entre os militares dos dois países, com patentes e graduações equivalentes (OS VENCIMENTOS..., 1922). Os baixos vencimentos, por sua vez, foram uma das insatisfações declarada pelos setores militares no contexto da crise dos anos de 1920.

Uma postura que o diferencia ainda dos demais, é a presença da Igreja Católica, manifestando suas ideias mui sutilmente, dentro de uma pedagogia eclesiástica de cunho político sem exageros ou extravagâncias dogmáticas, mas com uma fineza ideológica pertinente, galgando espaço nas estruturas de poder.

Algumas manchetes<sup>8</sup> falam por si mesmas e os seus conteúdos atestam o poder de articulação dos intelectuais eclesiásticos, em destaque d. Sebastião Leme<sup>9</sup>, buscando unir a fé cristã ao papel transformador da Igreja Católica na sociedade Ocidental.

## Considerações finais

A análise das notícias veiculadas pelos principais jornais recifenses, sobre o estopim do movimento tenentista, ocorrido em julho de 1922, num período determinado pela crise político-sucessório e de intervenção federal em Pernambuco, foi o objeto de estudo desta pesquisa que se propôs a identificar como os jornais relacionados divulgavam as notícias sobre o levante do movimento tenentista, a partir do acompanhamento dos editoriais e noticiários dos respectivos periódicos.

1922 foi um ano eleitoral, e Pernambuco estava passando por uma série de crises oligárquicas na estrutura do poder local, que se refletiram num estado de violência

e insegurança na sociedade pernambucana, sofrendo com a intervenção federal, tendo na imprensa um canal expressivo das ideologias dominantes em busca de um projeto ‘hegemônico’ de formação de opinião.

A análise dos acontecimentos no contexto da Primeira República, período entre 1889 e 1930, embora com uma vasta bibliografia existente, torna-se complexa e bastante laboriosa, por ampliar as contradições e divergências interpretativas entre diversas correntes teóricas de autores que já trabalharam o período.

O tenentismo é um fenômeno bastante estudado nos meios acadêmicos e que teve importantes contribuições de renomados estudiosos, produzindo obras de referência. Foi por essa razão que foi feita a opção por Boris Fausto na análise interpretativa do tenentismo, por dispor de informações que apresenta um melhor esclarecimento desse acontecimento em sua relação com os setores médios urbanos no contexto da crise dos anos 1920 na sociedade brasileira.

Esta pesquisa trata-se de um trabalho inicial, com uma análise panorâmica da imprensa escrita recifense sobre o estopim do movimento tenentista ocorrido em julho de 1922, com vistas a compreender os primórdios da construção da opinião pública em torno do trabalho da imprensa na reprodução da notícia sobre as rebeliões militares dos tenentes, cujo ápice se dará com a formação de outro fenômeno, com raízes que advieram do Tenentismo - a Coluna Prestes.

Dentre as contribuições que este trabalho oferece destacam-se a análise dos principais jornais impressos do Recife sobre um acontecimento que marcou a década de 1920 no Brasil - O Tenentismo - em um momento de expansão capitalista-industrial, numa conjuntura politicamente conturbada, marcada pelo expressivo posicionamento do Estado legalista na imprensa, e o posicionamento contraditório, com caráter ‘subversivo’, que se atribuía a quaisquer movimentações de contestação da ordem vigente, que em Pernambuco, somavam-se às características de uma sociedade bipolar marcada pelo alto índice de analfabetismo.

Essas características demonstram a particularidade ainda frágil da sociedade civil em termos de participação política, predominando uma sociedade burguesa incipiente em seu papel ‘revolucionário’ e dependente do mercado externo para seu desenvolvimento e ampliação, com pouca expressividade nos acontecimentos políticos - uma modernidade que se instala no país sem as mudan-

<sup>7</sup> Era diretor do jornal o Dr. Thomé Gibson.

<sup>8</sup> Centenario da Independência - A contribuição da Igreja Catholica (LEME, 1922b); Benções das espadas aos novos aspirantes do Exército (LEME, 1922a); O Circulo catholico e a paz pernambucana (O CIRCULO..., 1922)

<sup>9</sup> Arcebispo Titular da Phasalla, Coadjutor de S. E. o Cardeal Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro.

ças nas estruturas de poder - mas que teve na imprensa capitalista um espaço expressivo na produção social de sentidos, com ênfase na reprodução ideológica presente em seus editoriais e noticiários.

## Referências:

- A REVOLUÇÃO no Rio. *Jornal do Commercio*. Recife, 06 jul. 1922a. Última Hora, p. 6.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Recife, 07 jul. 1922b. Última Hora, p. 6.
- BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco: uma interpretação*. 2.ed. Recife: Fundação de Cultura, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 30. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira*. Tomo III. v.2. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 401-426.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FONSECA, Hermes. O Club militar e a situação política de Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. Recife, p. 5, 02 jul. 1922.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a República dos plantadores. Parte A. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 145 – 196.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LEME, d. Sebastião. Benções das espadas aos novos aspirantes do Exército. *Jornal Pequeno*. Recife, p. 1, 30 jan. 1922a.
- \_\_\_\_\_. Centenario da Independencia: a contribuição da Igreja Catholica. *Jornal Pequeno*. Recife, p. 1, 14 jan. 1922b.
- LEVINE, Robert M. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889 – 1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MAIA, José Gonçalves. Condemnado. *A Provincia*. Recife, p. 1, 14 jan. 1922a.
- \_\_\_\_\_. Ministro boateiro. *A Provincia*. Recife, p. 1, 13 jan. 1922b.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restrin-gida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 6.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 267 – 299.
- MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 269 – 279.
- NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821 – 1954)*. v. 1. Recife: UFPE, 1962.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v. 3. Recife: UFPE, 1967.
- O CIRCULO catholico e a paz pernambucana. *Jornal Pequeno*. Recife, p. 2, 7 jul. 1922.
- O COMITÊ EXECUTIVO DO CENTRO COMUNI-STA DO RECIFE. O operariado e o momento político. *A Provincia*. Recife, p. 1, 13 maio 1922.
- O GOVERNO da República punirá severamente os responsáveis pela sedição militar. *Jornal do Commercio*. Recife, 08 jul. 1922, p. 1.

OLIVEIRA, J. Gonçalves de. *Subsídios à História da Imprensa oficial em Pernambuco*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1986.

OS VENCIMENTOS militares na Republica Argentina e no Brasil. *Jornal Pequeno*. Recife, p. 1, 4 jan. 1922.

PROJECTOS de Revolução. *A Provincia*. Recife, 1 jul. 1922, p. 3.

SANT'ANNA, Elias Moura de. O Comite de artistas e operarios e o telegramma do Marechal Hermes. *A Provincia*. Recife, p. 1, 4 jul. 1922.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UM AVISO do Ministro da Guerra. *A Provincia*. Recife, 11 jan. 1922. Notícias de toda parte, p. 1.

Recebido: 22/05/2012

Aprovado: 16/09/2012